

**Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho**

*Universidade do Vale do Itajaí*

*Universidade Federal do Acre*

(UNIVALI e UFAC, Brasil)

alalcoelho@gmail.com

**Christiano Coelho**

*Universidade Federal de Santa Catarina*

*Universidade Federal do Acre*

(UFSC e UFAC, Brasil)

floripacoelho@gmail.com

**Christiane Kleinübing Godoi**

*Universidade do Vale do Itajaí*

(UNIVALI, Brasil)

chriskg@univali.br

**Universidade Federal do Espírito Santo**

**Endereço**

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras  
29.075-910, Vitória-ES  
gestaoconexoes@gmail.com  
gestaoconexoes@ccje.ufes.br  
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

**Coordenação**

Programa de Pós-Graduação em Administração  
(PPGADM/CCJE/UFES)

**Artigo**

Recebido em: 29/05/2013

Aceito em: 08/07/2013

Publicado em: 23/09/2013

## O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

## DISCOURS OF SUSTAINABILITY AND THEIR INCLUSION IN THE ORGANIZATIONAL CONTEXT

---

### RESUMO

A crítica ao capitalismo industrial e o reconhecimento da importância do meio ambiente na economia mundial foi determinante para o discurso da sustentabilidade ser uma expressão de ordem comum no contexto organizacional. Observar a construção do discurso da sustentabilidade torna-se relevante para que se possa estudar o tema no âmbito das organizações. A partir de uma revisão bibliográfica, este estudo busca refletir sobre o discurso da sustentabilidade como um discurso institucional e midiático, e sua inserção no contexto organizacional. Do discurso da sustentabilidade é possível desvelar parte de uma realidade organizacional, evidenciando grupos de interesse, conflitos e relações de poder. O discurso da sustentabilidade e sua inserção no contexto organizacional é construído e constantemente reconstruído num contexto dominado por interesses econômicos.

**Palavras-chave:** Discurso da sustentabilidade; Discursos institucional e midiático; Contexto organizacional.

---

### ABSTRACT

The critique of industrial capitalism and the recognition of the importance of the environment in the global economy was crucial to the sustainability discourse is an expression of order common in the organizational context. Analyze the construction of the discourse of sustainability becomes relevant so that we can study the issue within organizations. From a literature review, this study aims to reflect on the discourse of sustainability as an institutional and media discourses, and its place in the organizational context. The discourse of sustainability is possible to unveil part of an organizational reality, showing interest groups, conflicts and power relations. The discourse of sustainability and its place in the organizational context is constructed and constantly reconstructed in a context dominated by economic interests.

**Keywords:** Sustainability discourse; Institutional and media discourses; Organizational context.

## 1. INTRODUÇÃO

Imiscuído como jargão no mundo dos negócios, o discurso da sustentabilidade, objeto deste estudo, é emitido por diversas fontes discursivas (FARIA; MENEGHETTI, 2001). Estudos teóricos outrora realizados revelam que o discurso da sustentabilidade vem sendo concebido por críticos como um instrumento propagandístico e, por vezes, falacioso e banalizado. O discurso da sustentabilidade pode ser manifestado em duas dimensões: a institucional (GRAY, 2006; BEBBIGTON; LARRINAGA; MONEVA, 2008; AZAPAGIC, 2003; 2004; CARRIERI, 2002) e a midiática (KOLANDAI-MATCHETT, 2009; LEAL FILHO, 2000; OEPEN; HAMACHE, 2000). Todavia, falta para a maioria do público uma profunda compreensão do que significa sustentabilidade (LEAL FILHO, 2000; OEPEN; HAMACHER, 2000; SMITH, 2000; JUCKER, 2002; BARRY, 2003). Num outro contexto, as discussões permanecem confinadas a ambientes acadêmicos e governamentais (KOLANDAI-MATCHETT, 2009).

Este estudo teórico se propõe a refletir sobre o discurso da sustentabilidade como um discurso institucional e midiático, e sua inserção no contexto organizacional. Vivemos, nas últimas décadas, o aumento das pressões e exigências das organizações para questões que permeiam, principalmente, a responsabilidade social. As organizações procuram, dentro de suas ações estratégicas, manter um diálogo constante e transparente com a sociedade, e garantir a legitimidade, o crescimento e sua perpetuação, além de adotar posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

No que tange ao discurso da sustentabilidade, acreditamos que as organizações buscam uma comunicação mais eficiente de suas práticas de gestão e seus resultados junto aos *stakeholders*, ou seja, adotam um novo discurso institucional. Por sua vez, a mídia procura divulgar questões relacionadas à sustentabilidade, transformando-se em um elemento-chave e originando, assim, uma via alternativa de comunicação, ao percorrer diferentes grupos sociais e de interesse, como os políticos; os profissionais do setor público e privado; os ecologistas; os economistas; as agências financeiras e as grandes empresas, somente para citar alguns.

Para Faria e Meneghetti (2001), a leitura apropriada dos discursos torna-se um instrumento valioso na análise organizacional, instrumento este falado ou escrito (dito); ou subtendido, imaginário ou simbólico (não dito). Como bem assinalam Álvarez e Caballero (1997), o discurso institucional expressa os valores, a ideologia e a missão da empresa, sendo que a comunicação desta se dirige para um coletivo e aponta para uma

relação cultural mobilizadora. A inquietação, revela Faerman (1979), não é o que está relatado, porém, o que vem por restante, o escamoteado e o indizível, o não dito, que pode funcionar não para silenciar, mas para expor o olhar do leitor à realidade.

Toda essa comunicação institucional é interpretada como figura doutrinal e profissional, confiada à descoberta, explicação e divulgação da identidade organizacional. Lucas Marín (1997, p. 103) a define como sendo o processo pelo qual “[...] os membros juntam a informação pertinente acerca de sua organização e das mudanças que ocorrem nela”. A comunicação institucional é designada como um “[...] sistema coordenador entre a instituição e seus públicos que atua para facilitar a consecução dos objetivos específicos de ambos e, através dele, contribuir ao desenvolvimento nacional” (MURIEL; ROTA, 1980, p. 31). Intentamos, portanto, situar o discurso da sustentabilidade em seu contexto institucional e midiático, permitindo assimilar com clareza a organização como um fenômeno de linguagem.

As seguintes seções deste estudo apresentam (a) o início do percurso sustentável, com destaque para os principais marcos teóricos; (b) as práticas de sustentabilidade no contexto organizacional, ressaltando os relatórios de sustentabilidade como discursos institucionais, a sustentabilidade e o discurso midiático; (c) o discurso da sustentabilidade, refletindo sua inserção no contexto organizacional, e (d) as considerações finais.

## 2. O INÍCIO DO PERCURSO SUSTENTÁVEL: QUE DISCURSO É ESSE?

Enveredada pela multiplicidade de trilhas conceituais (procedência), práticas e discursivas a sustentabilidade se ramifica. Apesar de a origem do discurso da sustentabilidade poder ser identificada em falas e contextos históricos distantes, podemos observar suas expressões mais contemporâneas a partir de meados da década de 1970. Assim, para fomentar o diálogo e a discussão acerca dessa temática, bem como promover a disseminação de novos conceitos, precisamos considerar os marcos históricos até os dias atuais. A esse respeito, Castro (2006, p. 98) destaca que se trata “[...] de quadro exíguo – a sustentabilidade é um tema recente, não se estendendo além de algumas décadas de debate – e rico em similitudes, o que demonstra, por extensão, a sua intertextualidade”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cada texto combina um conjunto de ecos que provêm de outros textos, não podendo considerá-lo de maneira isolada. Para Jensen (1997, p. 192), trata-se de “[...] um processo pelo qual os diferentes sinais de um discurso comunicam significados específicos para o público porque fazem referência a outros discursos, temas, gêneros ou meios que nos são familiares e podem estar presentes ou implícitos no contexto da recepção”.

Para demonstrar as etapas do pensamento da sustentabilidade (Tabela 1), considerando os discursos-matrizes que conceberam sua conceituação, apresentamos um levantamento composto de “[...] discursos que, por sua penetração na mídia, na academia e nos círculos políticos e econômicos decisórios mais se destacaram” (CASTRO, 2006, p. 98). Entendemos que, pela dinamicidade do discurso da sustentabilidade, adicionamos a manifestação sintética ocorrida em 2012 na Conferência Rio +20.

**Tabela 1 – Etapas do pensamento da sustentabilidade**

Documento	Síntese do conteúdo
Relatório do Clube de Roma (1972): a tese dos limites do crescimento	<p>O Clube de Roma surgiu em 1968 por iniciativa do industrial italiano Aurelio Peccei e reunia cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, tendo como cerne de discussão a crise atual e futura da humanidade.</p> <p>Em julho de 1972, em Estocolmo/Suécia, ocorreu a reunião de 113 países para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Naquele ano, Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicaram um estudo sobre o meio ambiente intitulado <i>Os Limites do Crescimento</i> (<i>The limits to Growth</i>), que defendia três teses e conclusões básicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. se as atuais tendências de crescimento da população mundial – a industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento serão alcançados em menos de cem anos [...];</li> <li>2. é possível modificar essas tendências e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica. Esse “estado de equilíbrio” parte da ideia de que o crescimento econômico pode ser planejado de acordo com as necessidades de cada indivíduo do planeta;</li> <li>3. quanto mais cedo a humanidade se empenhar em alcançar esse segundo objetivo, mais chances de êxito terá.</li> </ol> <p>Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows e outros estudiosos propõem o congelamento do crescimento da população global e do capitalismo industrial, elaborando a chamada tese do crescimento zero.</p> <p>O Relatório do Clube de Roma foi criticado por Solow, prêmio Nobel de economia, que julgou improcedentes os seus prognósticos catastróficos. Além de Solow, Mahbub ul Haq emitiu suas críticas, alegando que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, negam o acesso a esse crescimento aos países pobres, justificando-se através do discurso ecológico.</p>
Relatório Strong (1972): a proposta alternativa do Ecodesenvolvimento	<p>Na mesma Conferência de Estocolmo, como alternativa à polarização entre as ideias de “crescimento zero” e de “crescimento a qualquer custo”, o canadense Maurice Strong propôs a abordagem ecodesenvolvimentista, na tentativa de elaborar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento. O economista Ignacy Sachs (1976) traçou alguns princípios básicos a respeito dessa nova forma de ver o desenvolvimento, integrando seis aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) a satisfação das necessidades básicas;</li> <li>b) a participação da comunidade envolvida;</li> <li>c) a solidariedade com as gerações futuras;</li> <li>d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;</li> <li>e) a elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;</li> <li>f) programas de educação.</li> </ol>
Declaração de Cocoyok (1974): expressa radicalismo maior do que os documentos já divulgados	<p>Esse documento é o resultado de uma conferência mundial sobre comércio e desenvolvimento organizada pela UNEP (Environment Program, da ONU). Destaca-se por levantar quatro hipóteses complementares:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) a pobreza gera o desequilíbrio demográfico;</li> <li>b) a destruição ambiental no terceiro mundo é também resultado da pobreza;</li> <li>c) a pobreza leva a população carente a superutilizar os recursos ambientais;</li> </ol>

	<p>d) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento através do seu nível exagerado de consumo. A Declaração Cocoyok destaca-se, também, pelo otimismo resultante da crença na capacidade de “mobilização de forças” (<i>self-reliance</i>) capazes de reverter o processo de destruição ambiental em curso.</p>
<p>Relatório Dag-Hammarskjöld: (1974): expressa radicalismo maior do que os documentos já divulgados</p>	<p>Esse relatório aprofunda a perspectiva anterior. É o resultado de um projeto dessa Fundação que reuniu cientistas e políticos de 48 países, com a colaboração da UNEP e de outras 13 entidades da ONU. Tem algumas conclusões importantes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura nas mãos de uma minoria social e dos colonizadores europeus;</li> <li>exige mudanças nas estruturas de propriedade no campo;</li> <li>ataca os cientistas e políticos conservadores, acusando-os de omissão em relação à questão ambiental.</li> </ol>
<p>Relatório Brundtland (1987): nova postura</p>	<p>É o resultado do trabalho de uma comissão da ONU denominada <i>World Commission on Environment and Development</i>. Trata-se de um relatório complexo, que procurou interligar economia, tecnologia, sociedade e política, sugerindo uma nova postura ética para a humanidade. Essa postura deveria estar baseada no preceito de responsabilidade entre as gerações. Elabora uma visão complexa e sistêmica das questões ambientais, procurando identificar, no processo histórico, as causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Ao mesmo tempo, apresenta uma lista de medidas que devem ser tomadas pelos estados nacionais como parte desse novo pacto ético:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>limitação do crescimento populacional;</li> <li>garantia da alimentação a longo prazo;</li> <li>preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;</li> <li>diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;</li> <li>aumento da produção industrial nos países não industrializados, na base de tecnologias ecologicamente adaptadas;</li> <li>controle da urbanização e promoção da integração entre o campo e as cidades menores;</li> <li>compromisso em satisfazer as necessidades básicas da humanidade.</li> </ol> <p>Além dessas sugestões, o Relatório Brundtland indica ações que devem ser empreendidas a nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições de caráter global ou supranacional:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>as organizações de desenvolvimento devem adotar, por princípio, a estratégia do desenvolvimento sustentável;</li> <li>a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais, como a Antártida, os oceanos e o espaço;</li> <li>guerras devem ser banidas;</li> <li>a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.</li> </ol>
<p>Rio 92 (1992): interligação entre desenvolvimento socioeconômico e as transformações ocorridas no meio ambiente</p>	<p>A conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento organizada pela ONU reuniu cerca de 35 mil pessoas e 106 chefes de governo. A grande expectativa em relação ao evento não correspondeu aos resultados alcançados, talvez em consequência da grande pressão exercida pelos EUA em favor da eliminação das metas e dos cronogramas para a limitação da emissão de CO<sub>2</sub> e da não assinatura, por esse país, convenção pela proteção da biodiversidade. Os resultados institucionais da conferência foram documentados e criticados, em 1993, através do chamado Relatório Worldwatch.</p>
<p>Relatório CEPAL: fazer seguir em direção ao diálogo a respeito da sustentabilidade</p>	<p>A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com sede em Santiago, Chile. Sugere que o Desenvolvimento Sustentável deve ser estudado num campo macroeconômico, que leve em conta a relação de dependência dos países pobres em relação ao mundo desenvolvido. Recomenda um prontuário de elementos que devem nortear o diálogo entre países pobres e ricos a respeito de seu “problema comum”, a sustentabilidade. Os aspectos mais importantes dessa negociação seriam, de acordo com a CEPAL, os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>relações entre os investimentos externos e as diferentes atividades econômicas;</li> <li>o papel a desempenhar pelas conhecidas “formas de capital não</li> </ol>

	<p>tradicional”, não necessariamente quantificáveis, como o entorno institucional, os recursos naturais ou o capital natural, e o acervo cultural;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>c) a função da variável tempo e a forma como afeta as decisões de médio e longo prazos;</li> <li>d) a quantificação sistemática dos efeitos externos e indiretos;</li> <li>e) outros aspectos que são difíceis de quantificar em termos monetários.</li> </ul>
<p>Relatório de Haya (2000): ações de implementação da sustentabilidade</p>	<p>A exemplo da CEPAL, pensa o Desenvolvimento Sustentável como um processo macroeconômico: “O desenvolvimento sustentável é um processo no qual a política econômica, fiscal, comercial, energética, agrícola, industrial e de todas as ordens devem ser formuladas de tal forma que sejam sustentáveis desde o ponto de vista econômico, social e ecológico”. O documento afirma, ainda, que a sociedade de consumo é insustentável e que se deve fazer grandes investimentos em saúde e educação, com o objetivo de corrigir as injustiças sociais e evitar o aumento de uma dívida social que consumirá as gerações futuras. O Relatório de Haya detalha ações de implementação da sustentabilidade, sugerindo que sejam utilizadas pelos Estados em termos de um “programa possível”, o qual se sistematiza os seguintes pontos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) estabelecer para os recursos naturais, para o patrimônio natural, um preço correto, de tal maneira que indique o valor de sua escassez;</li> <li>b) estabelecer cotas e auditorias obrigatórias para algumas questões ambientais;</li> <li>c) estabelecer marcos para estimular o uso de tecnologias ambientalmente seguras;</li> <li>d) reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento para por em prática.</li> </ul>
<p>Rio+20 (2012): “O futuro que queremos”</p>	<p>A conferência é percebida como a maior da história iniciando uma nova era para implementar o desenvolvimento sustentável, no intuito de examinar ideias e criar soluções. Ocorrida num momento de estagnação econômica e evidentes problemas ambientais e sociais em todo o mundo, reuniu cerca de 45 mil pessoas, delegações de 188 Estados-Membros e mais de 100 chefes de Estado e de Governo.</p> <p>Mais de 700 compromissos foram assumidos com ações concretas que proporcionem resultados no intuito de responder a necessidades específicas, como energia sustentável e transporte.</p> <p>De acordo com o relatório da ONU (2012), destacam-se os seguintes pontos, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) inserção de um novo aspecto, a preocupação com a miséria, numa discussão que anteriormente tinha uma dimensão mais econômica;</li> <li>b) durante as discussões, houve um aumento da participação da sociedade civil e, principalmente, de movimentos sociais em relação aos eventos anteriores. As recomendações do relatório refletem, pois, as vozes da sociedade;</li> <li>c) discussão sobre o que está envolvido no desenvolvimento de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza;</li> <li>d) discussão de novas métricas que fortalecerão a arquitetura de apoio às ações internacionais de desenvolvimento sustentável, lidando de maneira global com a sustentabilidade;</li> <li>e) elaboração de um quadro de programas sobre produção e consumo sustentável que servirá de guia para os países nos próximos dez anos para tornar seus padrões mais sustentáveis;</li> <li>f) reconhecimento de que medidas atuais do crescimento sustentável não refletem o progresso nas dimensões ambiental e social;</li> <li>g) encorajamento de empresas a considerar a integração de informações de sustentabilidade em seus relatórios periódicos - relatórios de sustentabilidade empresarial.</li> </ul>

Fonte: Elaborado a partir de Vargas (2002, p. 222-227), Castro (2006, p. 98-99).

De acordo com Vargas (2002, p. 227), em tais discursos, que compõem o pensamento da sustentabilidade, transparece “[...] a ideia de que a crise ambiental nada

mais é do que resultado de um determinado padrão de produção e consumo dos países desenvolvidos, sobretudo”. Bastaria levantar uma nova bandeira e fazer surgir uma nova racionalidade, isto é, uma sustentabilidade sob a forma de reencantamento da modernidade.

Contudo, faz-se necessário evidenciar questões que envolvem o discurso da sustentabilidade, conciliando o socialmente equitativo, o ambientalmente equilibrado e o economicamente eficiente e produtivo. Adjacente a isso, encontram-se a necessidade de se buscar novas prioridades ao ensino e à pesquisa, e às questões técnicas, ambientais, políticas e sociais. Pelo exposto nas etapas do pensamento da sustentabilidade, observamos que esses enunciados estabelecem proposições pragmáticas, que, segundo Castro (2006), caminham na direção do desenvolvimento sustentável.

Dessa maneira, os avanços científicos, as novas tecnologias que desenvolvem processos, inventam ferramentas e redefinem ou criam metodologias, assim como as realidades social e econômica emergidas da dinâmica socioeconômica, que traz à tona fenômenos sociais ou econômicos até então desconhecidos ou ignorados, estão sujeitos a formular novas denominações, alguma palavra ou expressão que designe e permite reconhecê-las, isto é, linguagens que tornem possível sua comunicação (GOMÉZ, 1998).

Estimulados, pois, por interesses ideológicos (GOMÉZ, 1998), grupos sociais pressionaram a Organização das Nações Unidas (ONU) para a realização de uma reunião, cuja pauta trataria de temas sobre desastres ambientais e desenvolvimento de políticas em prol de amenizar a ocorrência de tais calamidades. Na década de 1970, a ONU inicia os trabalhos para discutir a questão ambiental em Estocolmo, por meio da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano – a Estocolmo 72. Entra em circulação a expressão Ecodesenvolvimento, atribuída ao canadense Maurice Strong, secretário-geral da conferência realizada em Estocolmo (MONTIBELLER-FILHO, 1993; RIECHMANN, 1995).

Essa discussão é ampliada por estudiosos, especialmente pelo holandês Ignacy Sachs, que se apropria da expressão ecodesenvolvimento (LAYRARGUES, 1997), conceito largamente difundido por ele (GODARD, 1991). No entendimento de Sachs (1984), o ecodesenvolvimento é como um jogo de harmonização entre os objetivos sociais, ecológicos e econômicos, sendo inspirado na prudência ecológica e na preocupação de não danificar o futuro. Em outras palavras, ecodesenvolvimento remete a uma filosofia de administração de recursos oposta ao produtivismo limitado e predatório da natureza. Para esse autor, trata-se do desenvolvimento socioeconômico equitativo ou ecodesenvolvimento – para usar um termo sintético, bastante utilizado nos países

européus –, que, posteriormente, foi denominado de desenvolvimento sustentável por pesquisadores anglo-saxões (SACHS, 1992; 1993).

Segundo Layrargues (1997, p. 7), o conceito de ecodesenvolvimento

[...] consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético.

Os trabalhos de Sachs (1992; 1993) partem da preocupação da sustentabilidade no ato de planejar o desenvolvimento. Ele considerou cinco dimensões da sustentabilidade, ou como ele próprio denominou na época, dimensões do ecodesenvolvimento:

- a) sustentabilidade social: considera o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não materiais;
- b) sustentabilidade econômica: permite a alocação e a gestão mais eficientes dos recursos, por um fluxo regular do investimento público e privado, e avalia a eficiência econômica, sobretudo de maneira macrossocial;
- c) sustentabilidade ecológica: intensifica o uso de recursos potenciais dos vários ecossistemas, compatível com sua mínima danificação; e de recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos da pesquisa de tecnologias limpas;
- d) sustentabilidade espacial: configura a relação de equilíbrio entre campo e cidade, perfazendo uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;
- e) sustentabilidade cultural: traduz o conceito normativo do ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local.

Na visão de Sachs (1992; 1993; 2002), a sustentabilidade, vista como um conceito dinâmico que envolve um processo de mudança, contempla essas dimensões, que podem ser refletidas individualmente ou coletivamente. Essas dimensões têm contribuído para a construção de definições dinâmicas de sustentabilidade, capazes de abranger processos de mudança. Entretanto, Sachs (2002, p. 71) acredita que “[...] muitas vezes o termo [sustentabilidade] é utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental”. Sachs (2002)



reforça que o conceito de sustentabilidade, apesar da falta de consenso sobre suas dimensões (PAULISTA; VARVAKIS; MONTIBELLER-FILHO, 2008) e de ter uma noção ainda vaga (VEIGA, 2006), possui outras dimensões, descritas na Tabela 2:

**Tabela 2 - Ecodesenvolvimento: critérios de sustentabilidade**

Dimensões da sustentabilidade	Critérios de sustentabilidade
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;</li> <li>b) distribuição de renda justa;</li> <li>c) emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;</li> <li>d) igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.</li> </ul>
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);</li> <li>b) capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);</li> <li>c) autoconfiança combinada com abertura para o mundo.</li> </ul>
ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) preservação do potencial do capital natureza na produção de recursos não renováveis;</li> <li>b) limitar o uso dos recursos não renováveis.</li> </ul>
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.</li> </ul>
TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);</li> <li>b) melhoria do ambiente urbano;</li> <li>c) superação das disparidades interregionais;</li> <li>d) estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);</li> </ul>
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;</li> <li>b) segurança alimentar;</li> <li>c) capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;</li> <li>d) inserção soberana na economia internacional;</li> </ul>
POLÍTICA NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;</li> <li>b) Desenvolvimento da capacidade do Estado para implantar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;</li> <li>c) Um nível razoável de coesão social;</li> </ul>
POLÍTICA INTERNACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) eficácia do sistema de preservação de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;</li> <li>b) um pacote Norte-Sul de codesenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);</li> <li>c) controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;</li> <li>d) controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;</li> <li>e) sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional, e eliminação parcial de caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.</li> </ul>

Fonte: Sachs (2002, p. 85-88).

Sachs (2002) estabeleceu, pois, a articulação de critérios distintos de sustentabilidade em busca do ecodesenvolvimento, fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. A partir das dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (2002), Montibeller-Filho (1993; 2008) elaborou uma síntese dos

componentes e objetivos dos pilares do ecodesenvolvimento (Tabela 3), que, segundo o autor, “[...] distingui-se do desenvolvimento sustentável principalmente pelo seu caráter de autossustentável (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 55)”.

Tabela 3 – Pilares do ecodesenvolvimento

Dimensão	Componentes	Objetivos
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida e à maior qualificação profissional);</li> <li>• Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.</li> </ul>	Redução das desigualdades sociais.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo).</li> <li>• Manejo eficiente dos recursos;</li> <li>• Endogeneização: contar com suas próprias forças.</li> </ul>	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas;</li> <li>• Prudência no uso de recursos naturais não renováveis;</li> <li>• Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis;</li> <li>• Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia;</li> <li>• Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.</li> <li>• Cuidados ambientais.</li> </ul>	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/ GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconcentração espacial (de atividades; de população);</li> <li>• Desconcentração/democratização do poder local e regional;</li> <li>• Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos).</li> </ul>	Evitar excesso de aglomerações.
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Soluções adaptadas a cada ecossistema;</li> <li>• Respeito à formação cultural comunitária.</li> </ul>	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Fonte: Montibeller-Filho (2008, p. 55).

O termo sustentabilidade, mesmo que tardiamente (GOMÉZ, 1998), pode ser identificado em diversas falas e contextos históricos remotos. Sua conceituação é fruto de discussão nos últimos anos e continua em voga nos dias atuais (JIMÉNEZ-DOMÍNGUEZ, 2001; CALIXTO, 2011). Contudo, alerta Pezzey (1989), utilizar um conceito de sustentabilidade sem fornecer uma definição detalhada pode levar a um mal entendido e confusões. Em seu estudo, Pezzey (1989) inventariou mais de 60 abordagens diferentes e considerou que essa indefinição ajudou a promover o debate a respeito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Recentemente, Bermejo (2001) constatou a existência de mais de 200 definições.

Dovers (1995) define sustentabilidade como um termo de longo prazo e de difícil alcance, e desenvolvimento sustentável como um processo variável de mudança que busca como objetivo a sustentabilidade. De acordo com Holling (2000), a sustentabilidade

[...] é a capacidade de criar, testar e manter a capacidade adaptativa. Desenvolvimento é o processo de criar, testar e manter a oportunidade. A frase que combina ambos, desenvolvimento sustentável, refere-se, portanto, à meta de forjar capacidades adaptativas e criar oportunidades.

Para Montibeler-Filho (2008), ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento de um país ou região, alicerçado em suas próprias potencialidades, de caráter endógeno, sem designar uma dependência externa. A existência de semelhanças e conflitos entre os termos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável faz com que alguns os tome como sinônimos, enquanto outros consideram que os diferencia

[...] reside a favor deste último quanto à sua dimensão, globalizante, tanto desde o lado do questionamento dos problemas ambientais como a ótica das reações e soluções formuladas pela sociedade. Ele não se refere especificamente ao problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para sociedade que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica quanto a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de que a sustentabilidade leva à necessária redefinição das relações sociedades humanas/natureza, portanto uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para ação (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 8).

O conceito de sustentabilidade, segundo Hardi e Zdan (1997), reflete a insistência de características próprias úteis e indispensáveis, o ensejo de pessoas, comunidades e organizações, bem como os ecossistemas que estão envolvidos em um momento de tempo que se perpetua. Tal conceito expressa, portanto, a ideia da necessidade de superar questões individualistas, imediatistas e consumistas, privilegiando a prática democrática e dialógica.

Para Lima (2003, p. 102), o discurso da sustentabilidade

[...] surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo – sobretudo os Estados Unidos – para o resto do mundo no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 70 do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural.

O discurso da sustentabilidade se constitui como uma intervenção político-narrativa (ARAÚJO; BIZZO, 2005) ou um fenômeno político-narrativo e diplomático (CARNEIRO, 2011), cujo escopo visa minimizar ou buscar soluções aos problemas inerentes às contradições e limitações do modelo de desenvolvimento atualmente posto na sociedade. Uma das funções principais desse discurso “[...] é apontar alternativas para

a reprodução do sistema capitalista no que concernem as relações deste com os efeitos da degradação ambiental” (CARNEIRO, 2011, p. 8).

O conceito de sustentabilidade está introduzido no contexto da transição paradigmática (SILVA, 2005, p. 17), podendo potencializar a crítica ao conhecimento moderno e aos valores prevalentes nas sociedades “[...] que vivem a égide da modernidade ocidental”, bem como colaborar para que tal conhecimento e sociedade “[...] sobrevivam sem que ocorram substantivas transformações”. De acordo com Otterloo et al. (2009, p. 126), colocada na relação direta com as orientações críticas necessárias para a superação dos modelos economicistas, concentradores e produtivistas, está a questão da democracia e da política, “que marcam a insustentabilidade dos esquemas de reprodução cíclica do poder geopolítico e da acumulação de capital na escala global”. A discussão da transição paradigmática impõe questões relacionadas aos dispositivos de administração e à gestão mercantil-flexível, reforçam os autores.

Em termos históricos, Melo Neto e Brennand (2004) asseguram que, no início, a sustentabilidade manifestou-se como um conceito diretamente relacionado à preservação ambiental. Segundo os autores, os projetos sustentáveis eram tratados como um conjunto de ações que procuravam minimizar os riscos ambientais, prevalecendo a ideia de preservação dos recursos naturais.

Maimon (1994, p. 120) comenta que, até a década de 1970, as empresas dos países desenvolvidos “limitavam-se a evitar acidentes locais e a cumprir normas de poluição determinadas pelos órgãos governamentais de regulação e controle – poluíam-se para depois despoluir”. Essa década também foi marcada pela Conferência de Estocolmo, em 1972, sobre meio ambiente, que evidenciou a preocupação do sistema político e da Igreja Católica com a questão, ressalta Montibeller-Filho (2008).

No Brasil, o tema ambiental situa-se em meados dos anos de 1970, com relações ao mesmo tempo complementares e contraditórias entre o Estado e a sociedade civil. Nesse período, instituições, fundações e organizações foram criadas no Brasil, proporcionando um espaço para que os empresários discutissem e implementassem projetos relacionados com suas práticas sociais, ambientais e de direitos humanos (ASHLEY, 2002; GRAYSON; HODGES, 2002).

A partir da década de 1980, a expressão desenvolvimento sustentável foi difundida amplamente. Caracterizada pelo despertar de uma nova realidade socioambiental, nessa década implicou uma mudança de postura das empresas e o descarte de velhas práticas relativas ao meio ambiente. Uma pequena parcela de empresas passou a institucionalizar o discurso em relação às questões sociais e

ambientais, realizando, ao mesmo tempo, algumas ações concretas, como os documentos internos (circulares, memorandos, cartazes, *folders*) e, posteriormente, através de meios de comunicação e divulgação da publicidade corporativa.

Gradativamente, a responsabilidade social passou a ser vista como uma necessidade de sobrevivência, constituindo um mercado promissor – um novo produto/serviço a ser vendido –, revelando-se dentro das políticas de *marketing* e da competitividade (MAIMON, 1994). É nessa mesma década que se reúne a Comissão Brundtland, dando início aos trabalhos em 1983, e publicando, quatro anos mais tarde, em seu famoso relatório, a síntese do conceito de desenvolvimento sustentável.

Colocado como um novo “paradigma”, o conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo, tem como princípios (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 54): a) integrar a conservação da natureza e o desenvolvimento; b) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; c) perseguir equidade e justiça social; d) buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; e e) manter a integridade ecológica.

O desenvolvimento sustentável compreende preocupações expressas pelo ecodesenvolvimento. Existem divergências entre os dois conceitos, situando-se, principalmente, no campo político e em relação às técnicas de produção (MONTIBELLER-FILHO, 2008). Para Maimon (1992), a diferença básica entre ambos consiste, primeiramente, no fato de que o ecodesenvolvimento procura atender as necessidades básicas da população por meio do uso de tecnologias apropriadas a cada ambiente, partindo do mais simples ao mais complexo. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, está focado no papel de uma política ambiental, na responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações.

Contudo, a convergência de conteúdos permite a aceitação de ambos os conceitos. Entre os pontos de convergência, Montibeller-Filho (2008) destaca principalmente: a) o chulismo, que considera os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ecológicos etc.; b) a abordagem sistêmica, que permite analisar como as dimensões se interpenetram e interdependem; c) o ambientalismo, no qual a dimensão ambiental é a ideia-força; d) o plano e o planejamento locais, em que o planejamento mantém a referência global. Para Montibeller-Filho (2008, p. 59), “o novo paradigma, pressupõe, um conjunto de sustentabilidades”. Estas são sintetizadas na eficiência econômica, eficácia social e ambiental, e o cumprimento simultâneo desse trinômio significa atingir o desenvolvimento sustentável.

O fato de existir concepções ambientalistas variadas a respeito da ideologia de desenvolvimento sustentável talvez possa esclarecer, conforme afirma van Bellen (2006), a existência das múltiplas concepções desse conceito. Guimarães (1997) assenta os problemas em torno da panaceia que se transformou o discurso do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade e chama atenção para o fato de que,

[...] se a proposta de desenvolvimento sustentável parece plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem se caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sociopolíticas concretas. Para que tal proposta não represente apenas um “enverdecimento” do estilo atual, cujo conteúdo se esgotaria no nível da retórica, impõe-se examinar as contradições ideológicas, sociais e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade, bem como analisar dimensões de sustentabilidade – ecológica, ambiental, social, cultural e outras – para transformá-la em critérios objetivos de política pública (GUIMARÃES, 1997, p. 17).

Na década de 1990, nos países desenvolvidos, em função do volume desenfreado da competitividade causada pela globalização (ANDRADE, 1997), surgem restrições ambientais destinadas a regular o comércio internacional por meio de barreiras. Marcado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, no Brasil, definiu uma nova postura em relação ao meio ambiente.

Depreendemos que o modelo atualmente vivenciado é o da sustentabilidade como prática de gestão socioambiental, focada em aspectos formais, legais e institucionais de certificação social e ambiental, como apresentam Melo Neto e Brennand (2004).

Em setembro de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, realizou-se a Rio+10, um encontro para avaliar os resultados obtidos e as mudanças ocorridas nos dez últimos anos, desde a ECO-92. A Rio+10, ou Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável (BRUNDTLAND, 1999), encontrou uma abertura, ao dizer que o desenvolvimento sustentável tem uma base formada por três pilares – o econômico, o social e o ambiental – e um objetivo fundamental, a erradicação da pobreza (OLIVEIRA FILHO, 2004). No ano de 2012, o Rio de Janeiro serviu de sede para mais um encontro, denominado Rio+20, e definiu uma agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

Todavia, os principais líderes mundiais, incluindo os chefes de Estado e de Governo dos EUA, China, Rússia e da União Europeia, não compareceram ao evento no Rio de Janeiro. Apesar da ampla participação, discussão e dos compromissos assumidos pelos participantes, o encontro, portanto, não avançou para uma elaboração efetiva de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, resultando numa declaração aquém das expectativas.

A sustentabilidade, pois, imbricou-se no discurso das empresas, no intento de demonstrar a inserção do conceito nas suas práticas cotidianas. A seguir, apresentamos uma reflexão, no contexto organizacional, a respeito das práticas de sustentabilidade.

### 3. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Para operacionalizar a abordagem do desenvolvimento, Sachs (1986) menciona três prioridades das ciências sociais: a) a institucionalização do processo de planejamento, concebido como um mecanismo de decisão, baseado na participação, ou seja, trata-se da democracia; b) a maneira de inserir o político no modelo explicativo; e c) a inserção propriamente dita do político no modelo explicativo.

Dowbor (2009) corrobora essas questões ao tratar da crise financeira sem mistérios, em busca de uma convergência em relação às tumultuosas questões econômicas, sociais e ambientais. O autor propõe o resgate do papel do Estado, principalmente, como articulador de um desenvolvimento justo e sustentável, com participação de uma sociedade civil organizada.

Em uma sociedade capitalista – na qual o capital reflete o entendimento de que os indivíduos dependem dele para competir ou sobreviver em um mundo competitivo –, as decisões organizacionais, geralmente direcionadas à dimensão econômica, desencadearam ou agravaram os desafios socioambientais. De acordo com Maia e Pires (2011), a busca pelo equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental imbuca ao discurso da sustentabilidade.

Mesmo parecendo paradoxal, o desenvolvimento mais significativo do pensamento estratégico nas últimas décadas foi a adoção do conceito de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável” nos discursos organizacionais, os quais vem sendo incorporados com expressões relacionadas à

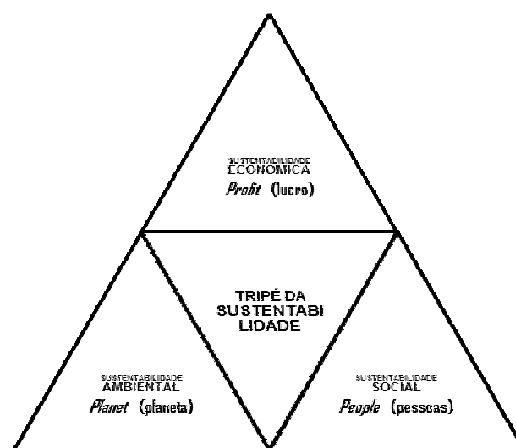
[...] degradação, ciclo de vida do produto, índices aceitáveis de poluição/resíduos; sem contudo incorporar as concepções que esses termos trazem do discursos ecológico, de questionamento do modo de produção. Ou seja, os signos/símbolos são reproduzidos nos discursos organizacionais, mas lhes são dados novos significados (CARRIERI, 2002, p. 23).

Silva (2009, p. 28) comenta que, atualmente, assistimos “a uma avalanche de mudanças e crescentes expectativas dos gestores das organizações, no sentido de um agir e de um posicionamento mais rígido nos aspectos éticos, institucionais e ambientais”. Longe de ser um modismo ou preocupação passageira, a questão da sustentabilidade tornou-se parte integrante dos discursos nas organizações.

A partir do entendimento da importância da sustentabilidade para a sobrevivência dos negócios, observamos que tal expressão está imiscuída na agenda das organizações. Inicialmente caracterizada como um composto de dimensões econômica, ambiental e social, a sustentabilidade ganhou complexidade, e seu caráter não linear modificou a dinâmica de alguns negócios, especialmente daqueles de significativo impacto ambiental e econômico. Entretanto, na medida em que a sustentabilidade se torna essencial ao negócio, as empresas enfrentam o desafio de incluir o conceito em sua prática organizacional, tal como se representasse uma constante trajetória dos negócios.

Por meio de uma abordagem mais aceita no âmbito empresarial, angariando simpatia e aderência do empresariado, e por ter uma relação maior com as práticas organizacionais, John Elkington (1999; 2004) cunhou, em 1994, a expressão *Triple Bottom Line* (TBL) – pilares que devem nortear a gestão das empresas –, também conhecida como o tripé da sustentabilidade, como se vê na Figura 1:

Figura 1 – O tripé da sustentabilidade (*The Triple Bottom Line*)



Fonte: Elaborado a partir de Elkington (1999; 2004).

O TBL surge como um instrumento para medir resultados, e o Relatório de Sustentabilidade como uma ferramenta útil, no sentido de que vai além da avaliação do desempenho e da prestação de contas apresentada no Balanço Patrimonial (DUNPHY; GRIFFITHS; BENN, 2003). O conceito não é o mais original, mas “[...] inova na forma de conceber essas três dimensões no âmbito das empresas e por utilizar uma linguagem familiar ao ambiente empresarial” (JUNQUEIRA; SOUTO MAIOR; PINHEIRO, 2011, p. 40).

O TBL é também conhecido como os 3 Ps (*People, Planet and Profit*), ou, traduzido para o português, Pessoas, Planeta e Lucro. Em síntese, os termos dizem respeito ao capital humano, ao capital natural e ao lucro, respectivamente, de uma empresa ou sociedade.



Elkington (1999) esboçou um modelo batizado por *7D World Model* (Quadro 1), que compreende os enfoques: mercado, valores, transparência, tecnologia de ciclo de vida, parcerias, tempo, gestão corporativa. Segundo o autor, à medida que se caminha para o terceiro milênio, embarcamos numa revolução cultural global. “Nos negócios, muito mais que dos governos ou organizações não governamentais, estará o banco do condutor” (ELKINGTON, 1999, p. 3). Paradoxalmente, isso não tornará a transição mais fácil para quem conduz negócios, pois, para muitos, torna-se o processo cansativo, quicá impossível.

Quadro 1 - *7D World Model* de Elkington

Revolução	Enfoque	Paradigma	
		Velho	Novo
1	Mercados	Cumprimento	Competitividade
2	Valores	Severo	Leve
3	Transparência	Fechada	Aberta
4	Tecnologia Ciclo de Vida	Produto	Função
5	Parcerias	Subversão	Simbiose
6	Tempo	Mais alargado	Mais longo
7	Gestão Corporativa	Exclusiva	Inclusiva

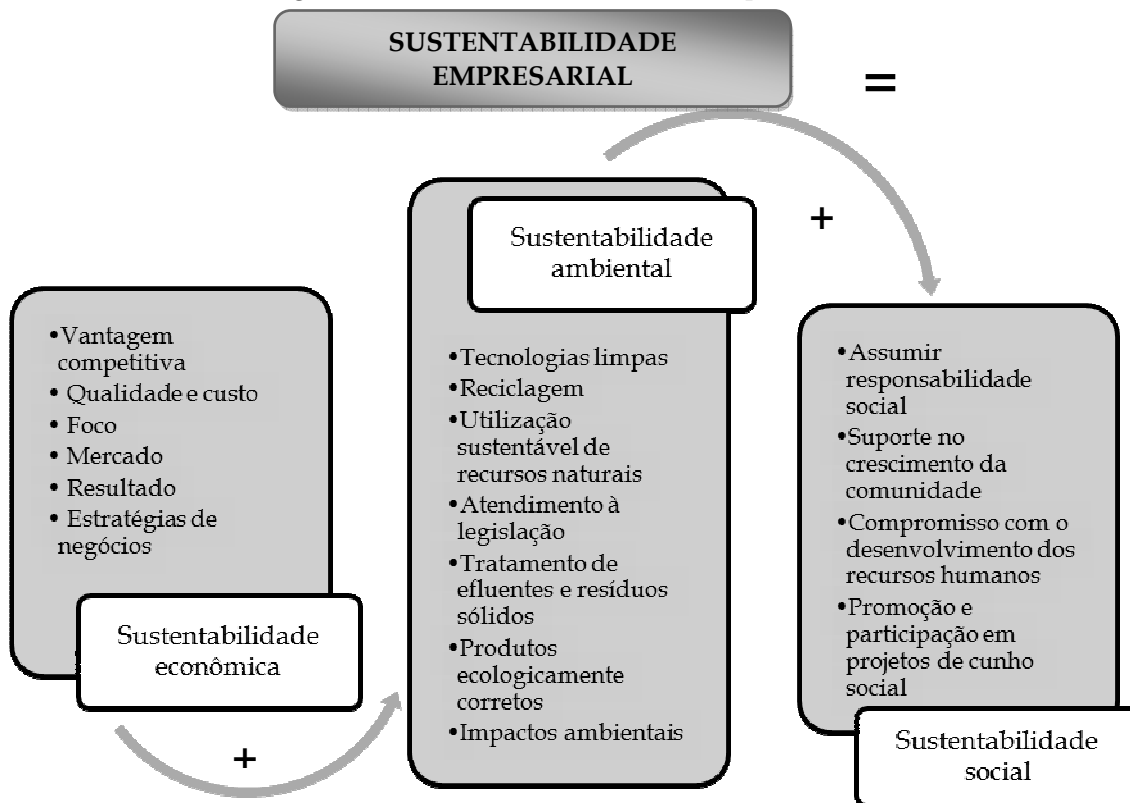
Fonte: Elaborado a partir de Elkington (1999).

Tal delineamento apresenta uma visão da evolução do velho para o novo paradigma, que envolve sete enfoques considerados como processos de mudança ou transformação. Segundo Elkington (1999) estes processos conduzem a gestão empresarial para uma estratégia vinculada aos três pilares da sustentabilidade: o econômico, o ambiental e o social.

No tripé estão contidos os aspectos econômico (crescimento econômico), ambiental (proteção ambiental) e social (comunidade e equidade), que estão estreitamente ligados. O compromisso em atender tais aspectos pode ser nominado de Responsabilidade Social Corporativa, na qual uma empresa deve preocupar-se não somente com o lucro, mas também com o capital humano, o social e o meio ambiente.

Em se tratando da sustentabilidade nos negócios, Coral (2002) apresentou um modelo de sustentabilidade empresarial alicerçado no tripé da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), que serve de ferramenta conceitual útil para interpretar as interações com os *stakeholders* e elucidar a importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla:

Figura 2 - Modelo de Sustentabilidade Empresarial



Fonte: Adaptado de Coral (2002, p. 129).

Passamos, pois, a reivindicar das empresas não apenas uma postura de respeito ao meio ambiente e uso de práticas ambientais (MELO NETO; BRENNAND, 2004), mas também a exigir a minimização de riscos sociais e a busca de soluções em relação aos problemas sociais da comunidade.

Alguns fatos podem provocar e elevar as preocupações relativas à responsabilidade e às novas posturas das organizações no que tange à sustentabilidade, tais como: crises sociais geradas por encerramentos ou fusões; crises financeiras originadas por práticas indevidas de gestão; ou, ainda, crises ecológicas provocadas por catástrofes que poderiam ser evitadas. Entretanto, Gomes (2009) afirma que o grande fato impulsionador do aparecimento da sustentabilidade como estratégia e maneira de retirar das práticas ambientais e sustentáveis o aumento de valor e as oportunidades de inovação – seja em nível de processos, seja em nível do desenvolvimento de produtos e serviços – se deu pela necessidade de cumprimento da legislação.

Entretanto, Fonseca (2009, p. 23) alerta que “[...] ter o discurso ambientalista como norma social, passível de gerar lucro ou prejuízo simbólico, possibilita que o fato de dizer ‘ambientalmente correto’ possa ser uma estratégia de determinados atores sociais”, que visam extrair posições social e economicamente vantajosas.

Diante de todo o processo decisório e de implementação de políticas, principalmente ambientais, tende-se a adotar práticas que obedecem a critérios consagrados internacionalmente, sejam práticas mais internas ou operacionais, que envolvem tecnologias e processos mais limpos, produtos ecologicamente corretos, ética e *marketing* ambiental etc., sejam práticas políticas ou mais externas, como o atendimento aos compromissos assumidos junto à sociedade, ou ações que envolvam comitês internacionais e os diversos *stakeholders*. Nesse sentido, Fonseca (2009, p. 7) afirma que a

[...] preocupação em cumprir formalmente com critérios gerais pode obscurecer a expressão substantiva dos mesmos. Com isso, há espaço para os *free-riders* discursivos, que são atores que reproduzem formalmente o discurso da sustentabilidade, mas sua prática cotidiana é guiada por interesses particulares que, muitas vezes, entram em choque com o discurso utilizado como instrumento de retórica.

As empresas, em busca de um desenvolvimento social planejado, procuram apoiar a existência e a interação de ambientes harmoniosos ao longo dos anos, gerando, desse modo, o conceito de sustentabilidade (DEEGAN, RANKIN; TOBIN, 2002; DEEGAN; BLOMQUIST, 2006). Kavinski (2009, p. 83) comenta que enquanto

[...] o verdadeiro sentido da existência continua aprisionado pelo mercado, proliferam as campanhas por consumo consciente, uso responsável dos recursos e descarte correto dos resíduos. Correntemente é possível observar que em prol da sensibilização para a Sustentabilidade diversas organizações investem milhões em campanhas publicitárias, emitem relatórios e produzem materiais de divulgação que demonstram a incoerência entre seus discursos e suas práticas.

Contudo, a discussão ambiental necessita superar desafios não somente conceituais, mas que envolvam itens como: a) a criação de legislação e de instituições de controle e gestão ambiental, b) a universalização e o desenvolvimento de tecnologias ambientais reparadoras e alternativas, e c) o “[...] desafio relativo à formação de métodos de análise, conceitos e procedimentos teóricos capazes de abordar em sua totalidade e complexidade a questão ambiental” (PAULA; MONTE-MÓR, 2000, p. 76).

Kavinski (2009, p. 105), em sua pesquisa, constatou que as organizações “[...] defendem a preocupação primeira com os lucros e o gerar valor aos acionistas são uma constante no mundo dos negócios”, apesar de afirmarem que a responsabilidade socioambiental está inserida na estratégia e incorporada nas práticas organizacionais.

Jappur et al. (2008) comentam que as organizações devem fazer uso de alguns princípios e métodos, para que caminhem em direção à sustentabilidade que os auxilie na concretização desse objetivo. Os autores propõem e recomendam os seguintes procedimentos, por exemplo: Responsabilidade Social Corporativa (RSC); Governança

Corporativa; Ecoeficiência; Análise do Ciclo de Vida (ACV); Emissão Zero (ZERI); Sistemas de Gestão Certificáveis (SGC); Produção Mais Limpa; e os Relatórios de Sustentabilidade Corporativa – elaborados a partir dos padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Em se tratando de relatórios, numa outra pesquisa, ao serem questionadas sobre os motivos pelos quais as empresas preparam relatórios sobre temas relacionados à sustentabilidade, as respostas são bastante variadas, como destaca King (2007, p. 6): “[...] ‘fazemos isso porque nossos concorrentes estão fazendo’; ‘descobrimos que, estrategicamente, somos capazes de gerir reputação e marca de uma forma mais qualificada’, ‘nossas partes interessadas (*stakeholders*) querem’, ‘melhora nosso gerenciamento de riscos’”. Segundo King (2007), essa última resposta seja talvez a mais significativa, pois assuntos a respeito da sustentabilidade podem se tornar fatores de riscos muito intensos para uma organização.

A relevância dos *stakeholders* às pressões sobre as empresas forçaram a criação de condições para uma comunicação mais eficiente de resultados no que tange à sustentabilidade, materializada nos Relatórios de Sustentabilidade (GOMES, 2009) e discutida na próxima subseção.

### 3.1. Relatório de sustentabilidade como discurso institucional

A comunicação eficiente é um pré-requisito que necessita ser observado para as questões econômicas, sociais e, principalmente, ambientais, na busca de contribuir para manter ou aumentar a participação de mercado. A oportunidade para as empresas obterem vantagem competitiva, a partir de sistemas de gestão ambiental e de outras atividades de prevenção da poluição depende cada vez mais da capacidade de comunicar suas atitudes, posturas e desempenho para os seus interessados.

A responsabilidade pela comunicação ambiental é, muitas vezes, atribuída à pessoa responsável por questões ambientais, chamada de analista ambiental. Essa pessoa tem tanto o conhecimento técnico como o ambiental, mas, não raro, precisa de habilidades de comunicação e, principalmente, de ferramentas para realizar a tarefa de comunicação. Os requisitos para as habilidades de comunicação sobre as questões ambientais têm crescido, especialmente porque o mercado e o interesse do público nas questões ambientais relativas à produção e aos impactos do produto aumentam a cada dia (NIELSEN, 2001).

O Relatório de Sustentabilidade (RS), entendido nesta pesquisa como um instrumento de discurso institucional, torna-se uma prática cada vez mais comum nos setores em que as pressões por medidas de proteção ambiental são capazes de estimular mudanças também nos sistemas de gestão. O relatório ambiental demonstra a responsabilidade e o grau em que a empresa tratou os impactos ambientais causados por seus produtos e processos de produção; proporciona uma maior abertura para as partes interessadas; e revela a importância da gestão ambiental estratégica (AZZONE et al., 1997).

De acordo com Daub (2007), existem historicamente três tipos diferentes de relatórios de sustentabilidade, a saber: a) relatórios sociais, originados na década de 1970, a partir das demandas por balanços sociais referentes aos aspectos sociais das atividades das organizações; b) relatórios ambientais, originários no fim dos anos de 1980 e voltados às questões ambientais, podendo incluir ainda aspectos relativos à saúde e à segurança; e c) relatórios anuais, que tendem, desde a metade da década de 1990, à inclusão de informações quanto aos aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades da organização.

Cada empresa pode optar por modelos próprios de relatórios ou adotar aqueles já padronizados. Caso prefira, a empresa pode ainda combinar os dois modelos – por exemplo, os relatórios do Instituto Ethos, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), da *Global Reporting Initiative* (GRI), entre outros. Ressaltamos que esses relatórios não são excludentes, mas vêm sendo uma maneira de tentar compreender as práticas de sustentabilidade.

Alguns desses modelos são apresentados pela *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização sem fins lucrativos, criada em 1997, em Amsterdã, como uma iniciativa conjunta da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do *United Nations Environment Programme* (UNEP). Segundo o Instituto Ethos (2013), o modelo da GRI é o único aceito mundialmente.

O conjunto de princípios, protocolos e indicadores desenvolvido pela GRI torna possível gerir, comparar e comunicar o desempenho das organizações nas dimensões social, ambiental e econômica. De acordo com a GRI (2013), a organização busca um ponto de convergência e aceleração da transparência, prestação de contas, elaboração de relatórios e desenvolvimento sustentável (GRI, 2006).

Para a GRI (2006), os relatórios devem contemplar o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Segundo Elkington (2004), tais diretrizes buscam fornecer às organizações uma ferramenta que proporciona a geração de relatórios de

sustentabilidade mais completos, consistentes, confiáveis e padronizados internacionalmente, alicerçadas no equilíbrio entre os desempenhos econômico, social e ambiental, o chamado TBL.

Para Brown, Jong e Levy (2009), o objetivo explícito das diretrizes GRI é harmonizar numerosos sistemas de informação utilizados. O modelo da GRI, comentam os autores, foi estabelecido e pautado no sistema de informação financeira dos Estados Unidos, expandindo em âmbito global, social, econômico, bem como de indicadores de desempenho ambiental, flexibilidade (descritivos e indicadores quantitativos), proporcionando, ainda, subsídios aos diversos interessados (indústria, setor financeiro, profissionais de contabilidade, sociedade civil, ambiental, ONGs de direitos humanos, sindicatos, entre outros) no processo de tomada de decisão. A partir disso, as diretrizes da GRI tornaram-se um instrumento de *benchmarking* (padrão de referência), uma ferramenta de governança corporativa e uma plataforma de comunicação estratégica e participativa com as empresas relatoras. Bebbington, Larrinaga e Moneva (2004) comentam que as empresas, ao adotar esse padrão de relatório, procuram comunicar aos seus *stakeholders* a transparência em relação à sustentabilidade das suas atividades organizacionais.

Em recente estudo, Campos et al. (2013) realizaram um trabalho com o propósito de analisar a evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade de organizações seguindo os indicadores da GRI, no período de 1999 a 2010, e estratificando por setor, região, nível de aderência às diretrizes GRI, adesão ou não à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), país e versão de relatório publicado. Além disso, buscaram identificar o comportamento da aderência aos indicadores GRI no que diz respeito ao setor, região e país. Em seus achados, identificaram que, no período de 1999 a 2010, os setores que tiveram maior adesão de organizações aos indicadores para elaboração de relatórios de sustentabilidade GRI foram serviços financeiros (14,27%), energia (7,51%) e serviços de energia (6,87%), que, juntos, somam quase 30% de participação relativa no período analisado. Segundo os autores, até o ano de 2010, foram 63 países que utilizaram o parâmetro GRI, totalizando 2.736 organizações. Ao longo da série histórica, Espanha (11,54%); Estados Unidos (10,31%); Japão (6,23%) e Brasil (5,46%) obtiveram o maior percentual de adesão ao modelo de relatório GRI.

Contudo, a publicação de um relatório nos padrões internacionais, como é o caso da GRI, não pode ser entendida como um efetivo compromisso das organizações para a minimização de seus impactos ambientais gerados (GRAY, 2006), nem mesmo para ganhar ou manter a sua reputação (BEBBINGTON; LARRINAGA; MONEVA, 2008).

A elaboração de um relatório traz benefícios à comunicação da sustentabilidade empresarial (WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2002). Azapagic (2003; 2004) complementa que posturas adotadas por parte das empresas, no que tange aos aspectos ambientais e sociais, refletem benefícios, como menor retrabalho; baixos custos de saúde, aliados à segurança e ao ambiente de trabalho saudável; redução de custos em relação aos métodos de produção mais limpa e de inovação; acessibilidade aos credores, seguradoras, empréstimos e às taxas de seguro; influência das melhores práticas na legislação; e criação de vantagens de mercado por uma abordagem socialmente responsável.

Um dos fatores essenciais para aumentar a motivação das empresas e ampliar os esforços ambientais é a melhoria da capacidade para conduzir um diálogo positivo sobre as questões ambientais com os clientes e outras partes interessadas (*stakeholders*). Sobre esse assunto, Carrieri (2002, p. 16) diz que, no contexto organizacional,

[...] a preocupação com o meio ambiente figura, hoje, sob o nome de sustentabilidade. Existem diversos discursos sobre a sustentabilidade, no sentido de sobrevivência da organização e seu negócio. Sob pressões sociais as organizações têm tentado abarcar o discurso 'ambientalista', principalmente no que concerne à possibilidade de manter-se mercados e conquistar vantagens competitivas em relação as outras organizações.

As pessoas que leem os Relatórios de Sustentabilidade das empresas ainda são minoria. Isso é constatado por Brown, Jong e Levy (2009), que alertam sobre as críticas aos relatórios propostos pela GRI, principalmente por não detalharem o suficiente as informações, e não promoverem uma imagem adequada dos impactos das organizações sobre as comunidades locais e as condições sociais. Tais relatórios podem estar orientados demasiadamente para os processos ao invés de para o desempenho, e, por vezes, apresentam uma realidade utópica, complementam os autores. Na subseção seguinte, discutimos a questão da sustentabilidade e do discurso midiático face ao contexto organizacional.

### **3.2. Sustentabilidade e discurso midiático**

A noção de sustentabilidade, no interior do discurso ambientalista, vem sendo utilizada como foco de projetos para a sociedade, que procura garantir a sobrevivência de grupos sociais e da natureza. Gradativamente, relata Becker (2002), a sustentabilidade transforma-se em elemento-chave, divulgada de forma ampla, originando uma via alternativa onde percorrem diferentes grupos sociais e de interesse, como políticos,

profissionais do setor público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras, grandes empresas, entre outros.

Partindo de um imperativo verbal direcionado unicamente para a venda de produtos e serviços em direção à abordagem de caráter mais humanista, depreendemos que as ações de comunicação empresarial, por influência da visão de sustentabilidade, fazem uso de um novo discurso, diante do desafio de atrair, conquistar e manter seus clientes (ARRUDA; MAIMON, 2006).

Contudo, na trajetória de mudança de comportamento em direção à sustentabilidade, há

[...] algumas 'espertezas' mercadológicas que são praticadas a fim de se encurtar caminhos. O marketing social - paliativo entre o abandono estatal e o oportunismo empresarial - tenta fazer de algumas práticas responsáveis a melhor tradução do que deveria ser uma atuação socialmente responsável. São campanhas em defesas de inúmeras causas sociais, projetos das mais diversas naturezas para ressarcimento de antigas dívidas sociais, reinvenções capazes de conquistar prêmios e pessoas. Enfim, em nome do compromisso com a responsabilidade social, tem sido cada vez mais comum o investimento de profissionais de comunicação e de marketing e das próprias empresas em atrelar as marcas organizacionais às práticas que utilizam o social como um diferencial competitivo. Mais do que uma oportunidade mercadológica, a questão da sustentabilidade deve ser vista e trabalhada como um valor, do qual ninguém pode e deve abrir mão (ARRUDA; MAIMON, 2006, p. 10).

Os componentes linguísticos articulados às discussões sobre a emergência de discursos ambientais coincidem com a proliferação de novas mídias e sua globalização (MÜHLHÄUSLER; PEACE, 2006). Em outro estudo, Mühlhäusler (2003) revela que o discurso da sustentabilidade, na sua dimensão ambiental, é totalmente incorporado na estrutura multimídia global. Mühlhäusler e Peace (2006) definem o discurso ambiental, de maneira ainda restrita, como aquele que, compreendendo os dispositivos linguísticos, busca articular argumentos sobre a relação entre o homem e o meio ambiente. A linguagem sempre foi utilizada para explorar essa relação, complementam Mühlhäusler e Peace (2006).

Jagtenberg (1994, p. 14) afirma que “[...] estamos enfrentando tanto a degradação ecológica e uma explosão de discursos sobre a natureza”. Todavia, essa explosão não evidencia alguma influência direta dos fatores ambientais sobre a linguagem, mas sim, o surgimento de uma sociedade de risco (BECK, 1992) e de tecnologias, como a energia nuclear. Para Spaargaren, Mol e Buttel (2000), tal discurso é visto como uma tentativa dos membros da sociedade de risco para que as mudanças globais façam sentido.

Hoff e Lucas (2006) ressaltam que, numa mudança qualitativa relacionada ao discurso de comunicação de massa (publicidade), é preciso, antes, haver uma discussão



sobre o que sejam as práticas discursivas no contexto organizacional. Dessa maneira, as alterações no discurso organizacional serão viáveis mediante a reflexão efetiva de tais mudanças nas suas condições de produção e consumo.

Incitamos, nesse contexto, algumas inquietações: Como explorar o discurso da sustentabilidade e contribuir para a compreensão do ambiente? Existe alguma propriedade que se sobressaia desse discurso? Que abordagens são mais adequadas para analisá-lo? Que contribuição tais indagações podem dar para a questão da sustentabilidade no âmbito organizacional?

Um estudo sobre Análise do Discurso da cobertura da imprensa sobre questões ambientais na Itália, realizado por Triandafyllidou (1996), revelou que o trabalho jornalístico não tinha substância essencial, na medida em que as consequências dos problemas ou suas possíveis soluções eram pouco discutidas. Em outro estudo nos EUA, Sachsman, Simon e Valenti (2006) observaram que os jornalistas ambientais, geralmente, concentram-se muito mais nos problemas relacionados à poluição do que em histórias que ajudem os leitores a entender investigações ou questões complexas.

Para Voltolini (2008), o que define quanto de risco e de oportunidade existem no uso da sustentabilidade para se estabelecer e comunicar uma marca de uma organização “[...] é a intensidade do compromisso e o nível de verdade nas práticas. Quanto mais claras e perceptíveis as incoerências, maiores os riscos. Quanto mais autêntica é a incorporação do tema na cultura da companhia, maiores as oportunidades”.

Ao analisar o destaque da difusão das representações de gênero socialmente construídas nos jornais de circulação interna de duas empresas localizadas em Minas Gerais, a pesquisa de Assis et al. (2004, p. 13) mostrou que a

[...] mídia, neste caso os jornais internos das duas empresas, constituiu-se em uma fonte de perpetuação do poder da alta administração e de manipulação e controle de comportamentos, cujos conteúdos são explicitados intencionalmente, visando a normatização e legitimação de certos procedimentos dentro da organização.

Segundo Abreu (2006), na área do jornalismo, as pesquisas procuram exprimir as particularidades do jornalismo ambiental, entendido como jornalismo especializado, enquanto outras pesquisas vinculadas à linguística e à análise do discurso utilizam a mídia em geral para discorrer sobre a questão ambiental (ORLANDI, 1996; SILVA, 1996a; 1996b; 1997; 2001) e a divulgação pública da ciência (ORLANDI, 2001; GUIMARÃES, 2001; NUNES, 2001; 2003), intitulada de jornalismo científico, que envolve o viés ambiental.

Unem-se a estes, outros estudos que versam sobre os discursos da mídia e da sustentabilidade, quais sejam: Maimon (1994), Lima (2003), Hoff e Lucas (2006), Pelicioni (2006), Santos (2006), Nassar e Figueiredo (2008), Loose e Peruzzolo (2008) Kavinski (2009), Kavinski et al. (2010).

Em se tratando da mídia, Resende (2006, p. 5) comenta que a

[...] pulverização da fala, somada à polarização, por explicitarem e tornarem evidente a vontade de verdade como marca do discurso da mídia, nos impele à indagação acerca da própria verdade, fazendo-nos duvidar das legitimidades dos lugares e dos sujeitos falantes que se impõem nos dizeres da mídia.

Vivemos, pois, numa sociedade midiaticizada, onde as pessoas são atormentadas pela ação dos meios de comunicação (rádios, TVs, impressos, *outdoors*, Internet etc.), que compreendem mensagens jornalísticas e publicitárias, colaborando de forma maciça para a formação do imaginário dos indivíduos (ZANETTI, 2007). Esses meios, portanto, mais do que informar, estão presentes nos processos de construção da realidade social.

Santos (2006), ao analisar o enquadramento midiático do consumo sustentável, fazendo uma primeira análise dos parâmetros que cercam esse discurso e dos fatores que influenciam a abordagem do tema nos jornais, alegou que – apesar de ser inegável o surgimento de iniciativas relevantes – o que difere projetos de visibilidade de políticas consistentes direcionadas para a sustentabilidade ainda escapa ao discurso midiático:

[...] o que é preocupante, já que estamos falando de um filtro através do qual a sociedade interpreta e confere sentido aos acontecimentos. Ou seja, o modo como a mídia seleciona, edita e relata faz toda a diferença na assimilação de conceitos e fatos, levando-se em conta que “há sempre a escolha do repertório léxico e simbólico usado na representação de um fato”. Por outro lado, a evidência de que ainda prevalece certa confusão na mídia e de que não são apurados todos os aspectos relevantes dos investimentos corporativos que viram notícia – em particular os pontos críticos – não indica que o tema da sustentabilidade em si seja desconsiderado pela imprensa ou que não haja material disponível sobre o assunto (SANTOS, 2006, p. 3).

Para Verón (2004, p. 242), o discurso da informação possui uma dupla associação: de um lado, está ligado “[...] a estruturas institucionais complexas, que são seus ‘suportes organizacionais’ e, do outro, a relações sociais cristalizadas de ofertas/expectativas, que são os correlatos dessas estruturas institucionais”. Para Santos (2006), o enquadramento midiático de um tema e as representações que dele resultam têm uma relação direta com as questões inerentes aos seus leitores.

A mídia, de um lado, programa o relato de acontecimentos ou fatos que pautam os discursos sociais a partir de critérios de noticiabilidade e das ofertas de sentidos das fontes. Por outro lado, a sociedade legitima os discursos midiáticos quando os emprega

para produzir sentido sobre os acontecimentos socioambientais (KAUFMANN, 2009). Precisamos, contudo, estar atentos, pois, como assevera Arbex Júnior (2001, p. 97), o

[...] 'efeito de mercado' contamina os mais distintos campos de produção cultural, incluindo as ciências humanas e filosofia, já que, para adquirirem visibilidade na mídia, devem provar-se sedutores e 'vendáveis' como 'produto'. Intelectuais, analistas, artistas, economistas e especialistas dos mais diversos campos do conhecimento não raro optam por restringir a autonomia e soberania de sua própria produção, em nome de serem aceitos pela mídia, que deles espera o discurso mais 'adequado' às expectativas do mercado (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 97).

Transmitir e difundir informações que não as possui definiria o papel da mídia, isto é, o papel da mídia é difundir informações relativas aos acontecimentos que se passam no mundo - espaço público -, utilizando, para tal, suportes tecnológicos, como rádio, imprensa ou televisão, lembra Charaudeau (1997).

Entretanto, no que se refere à questão da sustentabilidade, é preciso estar preparado, haja vista que a

[...] mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto. O terrorismo da linguagem (H. Lefèbvre, 1971, p. 56) leva a contraverdades mediáticas, conforme nos ensina B. Kayser (1992). Este autor nos dá alguns exemplos, convidando-nos a duvidar do próprio fundamento de certos discursos das mídias. Por exemplo, 'Sobre o aquecimento da terra e o efeito-estufa' (SANTOS, 1992, p. 7).

Não se deve limitar a compreensão do discurso "[...] apenas ao ato isolado da análise do discurso pontual em determinada situação presenciada, deve haver uma análise longitudinal no tempo e no conteúdo conceitual do vocabulário utilizado" (FARIA; MENEGHETTI, 2001, p. 2). Devido à notável falta de compreensão pública do discurso da sustentabilidade, muitos salientaram a necessidade de sua comunicação, afirma Kolandai-Matchett (2009). Leal Filho (2000, p. 12) comenta que um problema com a questão da sustentabilidade é que sua complexidade foi muitas vezes subestimada, e que uma maior consciência de sustentabilidade entre o público "só pode ter uma expectativa realista, se melhor comunicar".

No entendimento de Oepen e Hamacher (2000), exige-se uma grande e complexa reestruturação da sociedade moderna num contexto global. Para eles, falta à sociedade considerar a compreensão da lógica subjacente da necessidade de mudança direcionada a discussões relativas à sustentabilidade. Os autores apontam a existência de um problema

fundamental na comunicação, e enfatizam que a necessidade de comunicação é um componente indispensável de qualquer iniciativa de sustentabilidade.

Barry (2003) corrobora o foco da comunicação sobre a sustentabilidade ser essencial para fazer a alteração das exigências legais, sendo necessário que se passe de um discurso de elites para um discurso mais aberto e acessível para a comunidade. Isso pode ser alcançado, dentre outras maneiras, por meio da educação ambiental. Robottom e Hart (1993) consideram que o conhecimento sobre o ambiente relaciona-se com o positivismo; as atividades no ambiente estão relacionadas com o construtivismo; e as ações para o ambiente estão vinculadas com a teoria crítica da educação. Para esses autores, a educação ambiental, além de colaborar para a construção de conhecimentos, responsabiliza-se por proporcionar mecanismos de participação das comunidades, com vistas ao diálogo reconstrutivista no processo educativo em prol do ambiente.

Verificamos, pois, que pesquisadores que compreendem a sustentabilidade de forma crítica concentram-se em temas relacionados à educação ambiental (BRASIL, 1999; 2004; MEDINA, 2002; ZAKRZEVSKI, 2002; 2003; JACOBI, 2003; LAYRARGUES, 2002; LOUREIRO; ALBUQUERQUE; BARRETO, 2004; BRÜGGER, 2004; ZAKRZEVSKI; BARCELOS, 2004; FONSECA, 2009; 2010; SULAIMAN, 2010), à economia solidária (BARRETO; PAES DE PAULA, 2009), à responsabilidade social (VENTURA, 2003; PENA et al., 2005; COSTA; CARVALHO, 2005a; 2005b; CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009), à sustentabilidade (FARIA; FLORIANO, 2011; JUNQUEIRA; SOUTO MAIOR; PINHEIRO, 2011), à sustentabilidade e mídia (PALOP, 2008; COELHO; GODOI, 2010), ao meio ambiente (CARRIERI, 2000, CARRIERI; LEITE-DA-SILVA; SOUZA-RICARDO, 2008), e à ecopedagogia e cultura (FERREIRA, 2008), para exemplificar alguns.

#### **4. A INSERÇÃO DO DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

O discurso tornou-se uma abordagem central para o desenvolvimento recente de estudos organizacionais (ALVESSON; KARREMAN, 2000). Em se tratando do discurso da sustentabilidade, estabeleceu-se como uma palavra de ordem. Conhecer a construção do discurso da sustentabilidade no que tange ao discurso institucional e midiático torna-se relevante para que se possa suscitar o conhecimento sob o aspecto mais próximo da realidade organizacional. Há que se perceber, pois, que os discursos são construídos e reconstruídos a partir de contextos, por e para sujeitos. Trata-se de compreender que os discursos não são a realidade em si. Nesse estudo foi possível perceber que o discurso da

sustentabilidade e sua inserção no contexto organizacional é construído e constantemente reconstruído num contexto dominado por interesses econômicos.

A incerteza acerca da definição de sustentabilidade não tornou o conceito menos popular. No dizer de Savitz e Weber (2006), a sustentabilidade exige que as empresas reconheçam um número amplo de partes interessadas a quem devem ser *accountable*, com quem devem comprometer-se de forma transparente e, em conjunto, unir esforços para gerar benefícios mútuos em prol de um desenvolvimento. Na visão dos autores, no futuro, essa forma de gestão gerará mais valor e riqueza para a empresa, bem como prosperidade para a sociedade, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Afirmamos, pois, nosso posicionamento teórico baseado na concepção de que a sustentabilidade é um objetivo a ser alcançado num processo de desenvolvimento sustentável, o que remete a uma utopia. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, entendemos como um processo que envolve planejamento e ações visando o alcance daquela sustentabilidade. E é nessa busca da sustentabilidade sem fim, utópica, que acreditamos na importância de continuar debatendo esta temática.

A sustentabilidade não envolve apenas política e procedimentos, mas uma cultura, atitude e envolve o esforço de toda a sociedade e Governo, organizações, comunidade e indivíduos com ações economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente responsáveis. No que tange ao discurso da sustentabilidade, este pode estar sendo utilizado como meio de inserção das organizações com uma apropriação mercadológica do conceito. Do discurso da sustentabilidade é possível desvelar parte de uma realidade organizacional, evidenciando grupos de interesse, conflitos e relações de poder.

Podemos observar historicamente que a questão da sustentabilidade vem sendo tratada em debates relacionados ao tema desenvolvimento, principalmente, a partir da década de 1970. Inicia-se com uma crítica ao capitalismo industrial onde surge a tese do crescimento zero. Emerge, a seguir, o conceito de ecodesenvolvimento como uma nova abordagem para o desenvolvimento. Afirma-se, a partir desse período, a necessidade de freiar a destruição ambiental. As ações de gestão das nações passam a ser questionadas. Surge o entendimento da necessidade de políticas que compreendam os reflexos ao planeta, bem como seus limites.

Notam-se críticas ao capitalismo industrial e ao consumo desenfreado de recursos naturais. Tem-se uma arena onde há a evidenciação da importância do meio ambiente como fonte de recursos limitados em uma conjuntura global. Em substituição ao modelo de desenvolvimento hegemônico vigente surge a proposta de um “dito” novo

modelo, chamado de “desenvolvimento sustentável”. É nesse contexto que o discurso da sustentabilidade passa a ser uma expressão de ordem, e comum no contexto organizacional.

A dimensão econômica é o foco do debate, ou seja, a dinâmica da economia de mercado é apontada como responsável pelo desequilíbrio de um pretense desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, é o modelo capitalista que vem determinando o modelo de como a sociedade deve conduzir o processo de desenvolvimento sustentável. Entretanto, no contexto organizacional as mudanças ocorrem no sentido de manter os resultados econômicos, incorporando o discurso da sustentabilidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreendemos, pois, que do ponto de vista teórico onde se busca o equilíbrio do discurso da sustentabilidade – mesmo que utópico –, não se deva priorizar ou hierarquizar uma dimensão específica para conduzir o processo de desenvolvimento sustentável. Enfatizamos ainda que a concepção de sustentabilidade é complexa e multidimensional, principalmente quando evocamos princípios democráticos e participação social efetiva.

Se o discurso dominante do desenvolvimento sustentável é construído em bases capitalistas, as organizações tendem a seguir a mesma concepção. O discurso da sustentabilidade é manifestado por empresas procurando revelar, muitas vezes, uma preocupação com a sua imagem e reputação. Tal discurso busca estar alinhado a objetivos econômicos (atrair capital para financiar seus projetos de expansão, por exemplo), além de considerar outras dimensões da sustentabilidade, como a social e a ambiental. Ao fazer uso de recursos naturais de maneira sustentável, a empresa manifesta seu discurso em prol da sociedade e procura evidenciar que suas ações estejam direcionadas em favor da contribuição do desenvolvimento do país. No tocante à dimensão ambiental, utiliza um discurso que não é ingênuo em prol do meio ambiente, resgatando o patrimônio histórico, as compensações e indenizações, e a manutenção do sistema de vida, para exemplificar algumas.

Todo discurso está carregado de interesses, sejam coletivos ou individuais e não pode ser considerado inocente. A escassez de recursos e a crise financeira no início do século XX, evidenciaram, dentre outros aspectos, os problemas ambientais e sociais resultantes do modelo de desenvolvimento almejado por uma sociedade lastreada pelo consumo. Era comum verificarmos que o discurso da sustentabilidade partia de

interesses econômicos, focalizando principalmente a dimensão ambiental. Nos últimos anos, as empresas passaram a divulgar também preocupações sobre a dimensão social. A dimensão econômica, contudo, parece estar indissociável das demais dimensões no discurso da sustentabilidade. Dessa maneira, as empresas percorrem suas ações, buscando sair de uma máxima intervenção e maior impacto em relação ao meio ambiente, seja por restrição legal, seja por oportunismo de mercado, atuando de maneira a causar o mínimo de intervenção e o menor impacto em seu entorno. Para Redclift (2002), alguns discursos da sustentabilidade tornam-se crescentemente vagos quando há conexão entre o ambiente, a justiça social e o governo, sendo, gradualmente, obscurecidas as relações entre o poder, a consciência e o meio ambiente. Tais questões merecem ser desveladas.

## AGRADECIMENTOS

Aos pareceristas nosso agradecimento pelo elevado nível das avaliações, bem como pelas reflexões e conseqüente aprimoramento do artigo proporcionadas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. S. de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.
- ÁLVAREZ, T.; CABALLERO, M. **Vendedores de imagen**. Barcelona: Paidós, 1997.
- ALVESSON, M.; KARREMAN, D. Varieties of discourse: on the study of organizations through discourse analysis. **Human Relations**, v. 53, n. 9, p. 1125-1149, 2000.
- ANDRADE, J. C. S. A. Desenvolvimento sustentado e competitividade: tipos de estratégias ambientais empresariais. **Revista Baiana Tecnologia**, Camaçari, v. 12, n. 2, mai./ago. 1997.
- ARAUJO, M. I. O.; BIZZO, N. O discurso da sustentabilidade, educação ambiental e a formação de professores de biologia. **Enseñanza de las ciencias**, numero extra, 2005.
- ARBEX JÚNIOR, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ARRUDA, N. M de; MAIMON, D. A visão da sustentabilidade numa nova linguagem de comunicação empresarial. CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 2, 2006. **Anais...** Niterói, RJ: CADMA, 2006.
- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ASSIS, L. B. de; CONTIJO, M. L. C.; CORRÊA, A. M. H. Jornais de Circulação Interna: a reprodução das representações sociais do feminino e do masculino no chão-de-fábrica. Encontro da ANPAD, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.
- AZAPAGIC, A. Systems approach to corporate sustainability: a general management framework. **Trans IChemE**, v. 81, part B, p. 303-316, 2003.

AZAPAGIC, A. Developing a framework for sustainable development indicators for the mining and minerals industry. **Journal of Cleaner Production**, n. 12, p. 639-662, 2004.

AZZONE, G. et al. A stakeholders view of environmental reporting. **Long Range Planning**, v. 30, n. 5, p. 699-709, 1997.

BARRETO, R. de O.; PAES DE PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2009.

BARRY, J. Communicating a politics of sustainable Development. In: **ENCYCLOPEDIA of Life Support Systems (EOLSS)**. Oxford, UK: Eolss Publishers, 2003. Developed under the auspices of the UNESCO. Disponível em: <www.eolss.net>. Acesso em: 8 fev. 2013.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J. M. An evaluation of the role of social, environmental and sustainable development reporting in reputation risk management. Fourth Asian Pacific interdisciplinary research in accounting, 2004. **Annals...** Singapore, 2004.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, M. Corporate Social Responsibility Reporting and Reputation Risk Management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 3, p. 337-61, 2008.

BECK, U. **Risk Society: towards a new modernity**. London: Sage, 1992.

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BERMEJO, R. **Economía sostenible, principios, conceptos e instrumentos**. Bilbao: Bakeaz, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, 2004.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BROWN, H. S.; JONG, M. de; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, n. 17, p. 571-580, 2009.

BRUNDTLAND, Gro H. Our Common Future and Rio 10 Years After: how far have we come and where should we be going? **World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)**, Berlim, 4 nov. 1999.

CALIXTO, L. **Responsabilidade socioambiental: a divulgação de relatórios na América Latina**. 2011. 318 p. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CAMPOS, L. M. de S. et al. Relatório de Sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Revista Gestão & Produção**, 2013 (no prelo).

CARNEIRO, V. C. V. A análise do discurso como instrumento de pesquisa para os estudos em sustentabilidade. **ENCONTRO DA EnEPQ**, 3., 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: EnEPQ, 2011.

CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. **ENCONTRO DA ANPAD**, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.



CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. **RIMAR: Revista Interdisciplinar de Marketing**, v. 1, n. 3, p. 15-31, set./dez. 2002.

CARRIERI, A. de P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; SOUZA-RICARDO, P. A G. de. Os discursos ambientais nas organizações: o caso de uma empresa de telefonia. **ENCONTRO DA ANPAD**, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

CARRIERI, A. de P.; SILVA, A. R. L. da; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2009.

CASTRO, F. F de. Elementos para uma semiótica discursiva do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Uni. Rural**, v. 28, p. 95-107, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Le discours d'information médiatique**. Paris: Nathan, 1997.

COELHO, A. L. A. L., GODOI, C. K. Coerência entre o discurso institucional e o discurso midiático sobre a sustentabilidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 3, p. 70-89, set./dez., 2010.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COSTA, A. M. da; CARVALHO, J. L. F. dos S. Legitimando papéis ou conciliando interesses? A reprodução discursiva da responsabilidade social empresarial. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005a.

COSTA, A. M. da; CARVALHO, J. L. F. dos S. Legitimidade, discursos organizacionais e responsabilidade social empresarial. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 4, n. 2, 2005b.

DAUB, C.-H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, p. 75-85, 2007.

DE LUCA, F. X. **Ensaio crítico de sociologia e meio ambiente**. Tubarão, SC: Copiart, 2000.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, London, v. 31, n. 4-5, p. 343-372, 2006.

DEEGAN, C.; RANKIN, M.; TOBIN, J. An examination of the corporate social disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, Bingley, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002.

DOWBOR, L. **A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais**. 2009. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

DOVERS, S. R. A framework for scaling and framing policy problems in sustainability. **Ecological Economics**, v. 12, p. 93-106, 1995.

DUNPHY, D.; GRIFFITHS, A.; BENN, S. **Organizational change for corporate sustainability: a guide for leaders and change agents of the future (Understanding Organizational Change)**. New York: Routledge, 2003.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford: Capstone Publishing, 1999.

ELKINGTON, J. **Enter the Triple Bottom Line: does it all add up?** London: Earthscan, 2004.

- FAERMAN, M. **Com as mãos sujas de sangue**: reportagens. São Paulo: Global, 1979.
- FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. In: ENCONTRO DA ANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.
- FARIA, J. H.; FLORIANO, R. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. In: NEVES, L. S. **Sustentabilidade**: anais de textos selecionados do V seminário sobre sustentabilidade. Curitiba: Juruá, 2011.
- FERREIRA, N. de P. **Ecopedagogia e a cultura da sustentabilidade frente à globalização**. 2008 Disponível em: <[http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_6260/artigo\\_sobre\\_ecopedagogia\\_e\\_cultura\\_da\\_sustentabilidade\\_frente\\_a\\_globalizacao](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_6260/artigo_sobre_ecopedagogia_e_cultura_da_sustentabilidade_frente_a_globalizacao)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- FONSECA, I. F. da. **Entre o discurso e a prática**: boa governança e Agenda 21 locais na Amazônia. 2009. 166p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- FONSECA, V. M. da. **A Educação Ambiental na escola pública**: entrelaçando saberes, unificando conteúdos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.
- FONSECA, V. M. da; BRAGA, S. R. **Entre o ambiente e as ciências humanas**: artigos escolhidos, ideias compartilhadas. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Ano? Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/WhatWeDoPortuguese.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Sustainability reporting guidelines – 3.0**. 2006.
- GODARD, O. **Environment soutenable et développement durable**: le modèle néo-classique en question. Paris: Environnement et société 91/CIREDD, 1991.
- GOMES, S. C. de J. **As práticas de sustentabilidade estratégica nas empresas portuguesas – estudo de caso: Corticeira Amorim**. 2009. 102 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto, 2009.
- GÓMEZ, L. J. **El concepto de sostenibilidad ecológica**: génesis y límites. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 1998.
- GRAY, R. Does sustainability reporting improves corporate behaviour? Wrong question? Right time? **Accounting and Business Research**, v. 36, n. 4, p. 65-88, 2006.
- GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: PubliFolha, 2002.
- GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**: estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001. p. 13-20.
- GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- HARDI, P.; ZDAN, T. J. **Assessing sustainable development**: principles in practice. Winipeg: IISD, 1997.
- HOFF; T. M. C.; LUCAS, L. Sustentabilidade sócio-cultural no discurso publicitário: o corpo em evidência. **Comunicações**: Veredas, v. 5, n. 1, p. 71-86, nov. 2006.

- HOLLING, C. S. Theories for sustainable futures. **Conservation ecology**, v. 4, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.consecol.org/vol4/iss2/art7/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa: Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 113, p. 189-205, 2003.
- JAGTENBERG, T. The end of nature? **Aust. J. Commun**, v. 21, n. 3, p. 14-25, 1994.
- JAPPUR, R. F. et al. A visão de especialistas sobre sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas. **Revista Produção on line**, v. 8, n. 3, 2008.
- JENSEN, K. **La semiótica social de la comunicación de masas**. Barcelona: Boschcomunicación, 1997.
- JIMÉNEZ-DOMINGUÉZ, B. Contradiciones en la política de la sostenibilidad. **Psicología Política**, n. 23, p. 77-84, 2001.
- JUCKER, R. "Sustainability? Never heard of it!" Some basics we shouldn't ignore when engaging in education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 3, n. 1, p. 8-18, 2002.
- JUNQUEIRA, L. A. P.; SOUTO MAIOR, J.; PINHEIRO, F. P. Sustentabilidade: a produção científica brasileira entre os anos de 2000 a 2009. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p.36-52, set./dez. 2011.
- KAUFMANN, C. Estudos culturais, mídia e meio ambiente: tecendo saberes para uma cultura ambiental. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009. Salvador. **Anais...** Salvador: [S. n.], 2009.
- KAVINSKI, H. **A apropriação do discurso da sustentabilidade pelas organizações: um estudo de multicaso de grandes empresas**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado) – FAE, Centro Universitário, Curitiba, 2009.
- KAVINSKI, H. et al. La apropiación del discurso de la sustentabilidad por las organizaciones empresariales brasileñas. **Cultura y representaciones sociales**, v. 4, n. 8, mar. 2010.
- KING, M. E. Prefácio. In: BRANDÃO, C. E. L.; SANTOS, H. L. (Coord.). **Guia de sustentabilidade para as empresas**. São Paulo: IBGE, 2007.
- KOLANDAI-MATCHETT, K. **Improving news media communication of sustainability and the environments: an exploration of approaches**. 2009. 517 f. Thesis (Degree) – University of Canterbury, New Zealand, 2009.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução do conceito. **Proposta**, n. 25, v. 71, p. 5-10, 1997.
- LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.
- LEAL FILHO, W. Dealing with misconceptions on the concept of sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 1, n. 1, p. 9-19, 2000.
- LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 99-119, 2003.
- LOOSE, E. B.; PERUZZOLO, A. C. Como o Meio Ambiente é tematizado no Discurso Jornalístico da Folha de S. Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais...** Natal: Intercom, 2008.

LOUREIRO, C. F. B.; ALBUQUERQUE, E. C. P. T. de. BARRETO, B. M. V. B. Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, n. 9, p. 123-138, 2004.

LUCAS MARIN, A. **La comunicación en la empresa y en las organizaciones**, Barcelona: Bosch Comunicación, 1997.

MAIA, A. G.; PIRES, P. dos S. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial, p. 177-206, maio/jun. 2011.

MAIMON, D. Eco-estratégia nas empresas brasileiras: realidade ou discurso? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 119-130, jul./ago. 1994.

MEDINA, N. N. O desafio da formação de professores para a Educação Ambiental. In: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte, 2002. (Lições de Minas, 17). p. 69-84.

MELO NETO, F. P. de; BRENNAND, J. M. **Empresas socialmente sustentáveis: o novo desafio da gestão moderna**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

MÜHLHÄUSLER, P. **Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics**. London: Battlebridge, 2003.

MÜHLHÄUSLER, P.; PEACE, A. Environmental discourses. **Annual Review of Anthropology**, p. 457-479, jul., 2006.

MURIEL, M.; ROTA, G. **Comunicación institucional**. Quito, Ecuador: Andina, 1980.

NASSAR, P.; FIGUEIREDO, S. (Coord.). **Pesquisa: sustentabilidade e a presença na mídia 2008**. Rio de Janeiro: Trama Comunicação/DATABERJE/Sino Soluções, 2008.

NIELSEN, B. B. Manuals for Environmental Dialogue. **Corporate Environmental Strategy**, v. 8, n. 3, p. 217-222, 2001.

NUNES, J. H. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001. v. 1, p. 31-40.

NUNES, J. H. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas: Pontes, 2003. v. 2, p. 43-62.

OEPEN, M.; HAMACHER, W. (Ed.). **Communicating the Environment: environmental communication for sustainable development**. Frankfurt: Peter Lang GmbH, 2000.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. **Domus on line: Revista Teoria Política Social e Cidadania**, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <[http://fbb.br/>](http://fbb.br/downloads/domus_jaime.pdf). Acesso em: 28 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The future we want: Rio +20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2012.

- ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social e urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001. v.1, p. 21-30.
- ORLANDI, E. P. O discurso da educação ambiental: In: MANZOCHI, L. H. **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos**. São Paulo: Gaia, 1996. p. 37-47.
- OTTERLOO, A. et al. **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília, DF: [S. n.], 2009.
- PALOP, F. Un diario con lupa: discurso ecológico en la prensa. **Comunicación y pluralismo**, n. 5, p. 9-34, 2008.
- PAULA, J. A.; MONTE-MÓR, R. L. de M. Biodiversidade, população e economia: uma experiência interdisciplinar. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000.
- PAULISTA, G.; VARVAKIS, G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 185-200, jan./jul. 2008.
- PELICIONI, A. F. Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais. **O mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 532-543, out./dez. 2006.
- PENA, R. P. M. et al. Discurso e prática da responsabilidade social: um estudo sobre a gestão do público interno em empresas signatárias do Global Compact. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 139-162, abr. 2005.
- PEZZEY, F. **Economic analysis of sustainable growth and sustainable development**. Washington: World Bank, Environment Department, 1989.
- REDCLIFT, M. R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Revista Raízes**, v. 21, n. 1, p. 124-136, 2002.
- RESENDE, F. O discurso jornalístico no contemporâneo entre o velamento e a produção das diferenças. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UTP, 2007.
- RIECHMANN, J. Desarrollo sostenible: la lucha por la interpretación. In: RIECHMANN, J. **De la economía a la ecología**. Madrid: Fundación 1º de Mayo, 1995. p. 13-14.
- ROBOTTOM, I.; HART, P. **Research in environmental education**. Victoria: Deakin University, 1993.
- SACHS, I. Las estrategias del ecodesarrollo. **Ceres**, v. 17, n. 100, 1984.
- SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, I. Transition strategies for the 21st century. **Nature and Resources**, v. 28, n. 1, 1992.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHSMAN, D. B.; SIMON, J.; VALENTI, J. M. The environment reporters of New England. **Science Communication**, v. 23, n. 4, p. 410-441, 2002.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

- SANTOS, L. L. dos. O enquadramento midiático da sustentabilidade e o papel da mídia na assimilação social do consumo sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Intercom, 2006.
- SANTOS, M. 1992: a redescoberta da natureza. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992.
- SAVITZ, A.; WEBER, K. **The Triple Bottom Line: how today's best run companies are achieving economic, social and environmental success – and how you can too.** San Francisco: John Wiley & Sons, 2006.
- SILVA, E. F. **Nota sobre a privatização no Brasil para informar missão de parlamentares sul africanos.** Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2005.
- SILVA, O. R. Empresários ausentes, cidadãos presentes: um ensaio sobre a ética ambiental no mundo corporativo. In: GUEVARA, A. J. de H. **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 27-47.
- SILVA, T. D. da. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental. In: MANZOCHI, L. H. **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos.** São Paulo: Gaia, 1996a. p. 47-58.
- SILVA, T. D. da. A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento. In: SÍNTESES (teses). São Paulo: Unicamp/IEL, 1996b. p. 381-388.
- SILVA, T. D. da. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, C. M.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, cultura e ambiente.** Campinas: Papirus, 1997. p. 141-150.
- SILVA, T. D. da. Mídia e imagem urbana: tecnologia no discurso jornalístico. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas: Pontes, 2001. p. 151-163.
- SMITH, J. Introduction. In: SMITH, J. (Ed.). **The daily globe: environmental change, the public and the media.** London: Earthscan Publications, 2000. p. 1-14.
- SPAARGAREN, G; MOL, A. P. J; BUTTEL, F. H. (Eds.). **Environment and global modernity.** London: Sage, 2000.
- SULAIMAN, S. N. **Educação ambiental à luz da análise do discurso da sustentabilidade: do conhecimento científico à formação cidadã.** 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2010.
- TRIANDAFYLIDOU, A. 'Green' corruption in the italian press: does political culture matter? **European Journal of Communication**, v. 11, n. 3, p. 371-391, 1996.
- VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, , 2002. p. 211-241.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- VENTURA, E. C. F. Responsabilidade social das empresas sob a ótica do "Novo Espírito do Capitalismo". In: ENCONTRO DA ANPAD, 26., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.
- VERÓN, E. **La semiosis social.** Barcelona: Gedisa, 1987.

VOLTOLINI, R. Lições para uma comunicação sustentável. **Revista Ideia Socioambiental**, n. 21 out. 2008. Disponível em: <<http://www.ideiasocioambiental.com.br/penscont.php?id=5>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Sustainable Development Reporting: striking the balance**, 2002.

ZANETTI, D. O simulacro corporativo, o discurso como simulação do real e a cidade encantada. **Revista Comunicações**, v. 1, n. 2, 2007.

ZAKRZEVSKI, S. B. **Educação ambiental crítica: princípios teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Hotbook, 2002.

ZAKRZEVSKI, S. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Hotbook, 2003.

ZAKRZEVSKI, S.B.; BARCELOS, V. (Org.). **Educação ambiental e compromisso social**. Erechim: EdiFapes, 2004.

---

***Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho***

Professora vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutora em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Doutorado sanduíche na Universidad Complutense de Madrid (UCM) na Espanha. Mestre em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

***Christiano Coelho***

Professor vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutorando em Administração, mestre em Contabilidade e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

***Christiane Kleinübing Godoi***

Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Itajaí (PPGA/UNIVALI). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos em Comportamento Organizacional e Métodos de Pesquisa (GECOMP). Coordenadora da Divisão de Ensino e Pesquisa (EPQ) da ANPAD. Pós-doutoranda na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho, Portugal. Mestrado em Administração (UFSC) e bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG); e em Psicologia (UFSC).